



EDITORIAL

CADERNO ESPAÇO FEMININO V. 37 n. 1 (2024)

Caras leitoras e caros leitores,

Entramos o ano de 2024 com as energias voltadas para retomar algumas lutas que estavam adormecidas. A experiência do golpe que afastou a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, da Presidência da República, atingiu e desestruturou nossas instituições democráticas, veio acompanhada de um longo processo de esfacelamento das políticas para a educação e a cultura no país. Não por acaso, além do desmonte institucional, social, econômico e do contingenciamento financeiro, nossas práticas acadêmicas passariam a ser esvaziadas do debate político e do impulso necessário para que ampliássemos novos horizontes, inclusive perspectivas e programas educacionais universitários.

Foram anos difíceis que significaram um largo período de sombras. A pandemia, por sua vez, gerou um ambiente de isolamento sanitário e medo, dificultando a mobilização e o engajamento necessários para que as questões acadêmicas e sociais pudessem ser debatidas, amplificadas e para que as lutas fossem lutadas. Foram anos de isolamento, pandemia e obscurantismo político.

O controle da pandemia, o retorno da democracia pelo exercício do voto, as conquistas das esquerdas, ainda que em frente ampla, possibilitaram a retomada das lutas pela qualidade do ensino público e gratuito, pelas verbas para a educação e por melhores condições salariais para professores/as e técnicos/as universitários/as. A greve nas universidades e nos institutos federais de ensino, então, foi construída em 2024 com o empenho de trabalhadores/as da educação e, embora não tenhamos alcançado conquistas muito expressivas, conseguimos reconhecer-nos nas lutas e valorizar as nossas histórias!

Com tudo isso, a publicação do Caderno Espaço Feminino ficou atrasada. Agora, envolvidas/os na reorganização das atividades em cronogramas atualizados – ou menos desatualizados -, vamos em frente, ainda que colocar as diversas práticas nos trilhos ainda nos custe algum tempo.

Esta edição, portanto, apresenta uma reunião de artigos diversos que foram submetidos ao longo do ano e demandavam atenção. Após avaliação de

pareceristas, a seleção publicada aqui resulta em um conjunto heterogêneo de temas e perspectivas interdisciplinares no campo da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e Feministas.

As mulheres negras são protagonistas no artigo que abre a edição, sobre Maria da Graça Oliveira, ativismo e memória. **Identidade, cultura e memórias pretas: o ativismo de Maria da Graça Oliveira e a criação do centro de memória da cultura negra graça do aché**, de autoria de Ana Marília Alves Simões e Ivete Batista da Silva Almeida, resultou de pesquisa financiada pela FAPEMIG (2021), em que procurou-se reconstruir a história de Maria da Graça Oliveira, patronesse do Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché, criadora e dirigente do Bloco Aché e do Grêmio Recreativo do Bloco Aché. Buscou-se, na pesquisa e no artigo, evidenciar a importância local, social e simbólica do Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché para a comunidade preta uberlandense, ao reunir relatos orais cedidos pelos amigos e parentes de Maria da Graça, membros do terno de Congado Moçambique de Belém da cidade de Uberlândia, inclusive do capitão Jeremias Brasileiro, doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

“Nem ser mãe, nem não ser”: maternidade e vida profissional de mulheres negras é o título do segundo artigo, estudo em que Jessyka Lopes Martins, Letícia Godinho e Marina Alves de Campos investigam o modo como mulheres negras são afetadas, simultaneamente, em sua vida profissional e maternal. Partindo de revisão teórica e de entrevista com duas mulheres negras, mães, servidoras públicas, o estudo conclui que mulheres negras têm maior dificuldade de compactuar sua vida profissional com a maternidade.

A maternidade também é tema do artigo seguinte, **Maternidades colonizadas: fator de risco ou de proteção para a violência doméstica?** Escrito por Ana Clara de Lima Santos e Kátia Alexandra dos Santos, construído em uma perspectiva teórico-metodológica decolonial, o texto aborda o lugar da maternidade na relação com a violência contra as mulheres. Por meio de um grupo focal e análise de registros de um projeto de extensão que atende mulheres em situação de violência, a discussão sugere que a visão colonizada de maternidade se configura como fator de risco.

Não exatamente a maternidade, mas a relação mãe-filha é o enfoque do artigo seguinte, **O feminino como herança: pistas para a transmissão da feminilidade na relação mãe e filha**. Nele, Renata Cecconello Mônico e Amadeu de Oliveira Weinmann, em diálogo com a psicanálise e o mito de Perséfone, exploram os caminhos da sexualidade na relação entre mãe, filha e um terceiro, e apostam em um feminino transmitido nas relações geracionais, herdado como uma joia de família.

O Sofrimento Psíquico de mulheres sertanejas usuárias do CAPS de Quixadá-CE é o título e o tema do artigo de Rejane Rodrigues Barbosa Castelo e Taís

Bleicher. As autoras realizam uma leitura do sofrimento psíquico sob enfoque de gênero em mulheres sertanejas de uma cidade no Sertão do Ceará. Tratou-se de uma triangulação de métodos: a pesquisa-ação e análise de conteúdo. Diante dos dados, foi possível enxergar questões de gênero, autonomia, medicalização do sofrimento e estigma.

A saúde mental e o ativismo LGBTQIA+ se manifesta no artigo **Percursos na Militância Bissexual: Esforços para Resistir aos Efeitos da Hegemônica Monossexualidade**, de Felipe de Baére e Valeska Zanello. Nele, analisam qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas bissexuais. E abordam como esses sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as representações construídas e as ocupações no movimento social impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental.

Ainda sobre sociabilidades e vulnerabilidades, o artigo **Experiências de ativismos entre pessoas trans fora dos espaços institucionalizados: notas etnográficas**, de Késia Maria Maximiano de Melo, origina-se de uma pesquisa etnográfica cujo objetivo central foi compreender do modo pelo qual as pessoas trans têm se apropriado de espaços *online* de interação a fim de fomentar debates políticos, e tecer redes de solidariedade e sociabilidade. A investigação da proliferação desses espaços parte de um grupo de uma plataforma digital, construindo interações que transitavam *on* e *offline*. Trata-se de um campo de intensas disputas, especialmente entre uma nova geração de pessoas dissidentes de gênero e o movimento social institucionalizado, evidenciando-se novas formas de reivindicar lugares de existência.

Não apenas o sofrimento, mas o feminicídio é o tema do artigo seguinte: **Políticas Públicas para as sobreviventes de feminicídio tentado: a realidade de Minas Gerais**. O texto apresenta uma análise sobre as políticas públicas ofertadas às mulheres vítimas de feminicídio tentado em Minas Gerais a partir da construção teórica sobre os conceitos de femicídio, feminicídio, políticas públicas e análises de dados estatísticos e histórias reais acompanhadas pelo Ministério Público de Minas Gerais. No texto, as autoras, Carolina Lopes Arantes Mascarenhas e Luciene Alcinda de Medeiros, demonstram que não há efetividade no suporte dado pelo Estado para a superação dessa violência sofrida.

Com efeito, a igualdade de gênero no Brasil parece estar distante, também quando consideramos o estudo apresentado no artigo: **Avaliando o alcance do ODS 5 no Brasil**. Arantxa Carla da Silva Santos e Helbert Medeiros Prado examinam as perspectivas de alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 voltado para a igualdade de gênero no Brasil e observam que o tema abrange aspectos relevantes, especialmente acerca dos papéis sociais de gênero. Foram obtidos os dados dos Indicadores Brasileiros para os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e pela Secretaria de Estado de Assistência Social.

Conclui-se, por fim, que a adaptação dos ODS ao contexto brasileiro é lenta, onde a maioria dos indicadores está em construção, prejudicando a igualdade de gênero.

A desigualdade de gênero reaparece demarcada no artigo de Mariana Góis e Ângela Maria Carneiro de Carvalho, **Teto de Vidro: uma discussão sobre a estrutura simbólica da sociedade e a perpetuação das desigualdades de gênero**. As autoras exploram como as estruturas sociais favorecem a perpetuação das desigualdades e do Teto de Vidro. A discussão enfatiza que a presença feminina em cargos de liderança não é suficiente para mudanças culturais profundas, sendo necessárias ações adicionais e o envolvimento coletivo para superar as desigualdades de gênero.

A saúde de mulheres é a questão examinada no artigo **Repercussões Sociais no Cotidiano de Mulheres com HIV em uma cidade do Nordeste**. De autoria de Cecílio Argolo Junior e Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, trata-se de um estudo observacional, exploratório-descritivo e de natureza qualitativa sobre a AIDS, pelo qual percebeu-se que, apesar de a infecção ser crônica, com tratamento gratuito e eficaz, ainda se constitui um desafio o enfrentamento social, necessitando de implantação de políticas públicas.

O artigo seguinte propicia aos/às leitores/as uma viagem no tempo, tempo em que se acreditava-se que a escrita era apenas um dom masculino e que as mulheres não possuíam imaginação e destreza para tal carreira. Indo contra esse pensamento, no ano de 1884, sob o pseudônimo Délia, a autora publica o romance *Lésbia*. Em **Resgate do imaginário feminino: A Representação da mulher escritora oitocentista em Lésbia**, por Maria Benedita Bormann, Milena Placido Silva e Edwrigens A. Ribeiro Lopes de Almeida discutem as dificuldades e desafios da mulher que pretendia ser escritora e o impacto que tal decisão causava na sociedade do século XIX.

Outra aventura em direção ao passado, agora de Portugal, se torna instigante por meio da leitura da história reconstruída por Paulo Drumond Braga no artigo **Hilda Toledano / Maria Pia de Bragança (1907- 1995), filha do rei D. Carlos ou burlona?** Em 1957, uma misteriosa figura começou a reivindicar a sua condição de filha ilegítima de D. Carlos, rei de Portugal. Supostamente tinha nascido em Lisboa, em 1907. Viveu a maior parte da vida entre Espanha, França, Cuba e Itália, usando o nome de Hilda Toledano e, mais tarde, o de D. Maria Pia de Bragança. O Estado Novo português nunca a reconheceu como bastarda real e só depois de 1974 é que se fixou em Lisboa. Tendo perdido longas batalhas judiciais, veio a morrer em Verona, esquecida por todos, em 1995.

A representação do feminino no cinema fecha a 37ª edição, N.1. Tássia Regina Oliveira Santos e Marcos Ribeiro de Melo apresentam o artigo **As heroínas de Hayao Miyazaki: gênero e cinema** e, nele, apresentam uma análise original da representação do feminino nos filmes de animação do Studio Ghibli,

dirigidos por Hayao Miyazaki (1984-2013), à luz da discussão de gênero. Uma revisão de literatura e análise mostram como a imagem do feminino fabricada pelos filmes de animação podem impactar na produção e na percepção de sentidos outros para além do binarismo de gênero.

Por fim, a resenha de Mariana Bomfim Sousa Ferreira e Bruna Mendes Vasconcelos apresenta uma análise da obra de Bel Hooks as **“Irmãs do Inhame: a saúde mental como prática de resistência”**. Segundo as autoras, é o livro mais recente da autora estadunidense a ser traduzido e publicado no Brasil, chegando aqui 30 anos depois de sua primeira publicação. Mesmo passado o tempo, sua contribuição segue sendo definitivamente atual, situando a luta pelo bem-estar mental e autorrecuperação como processo imprescindível de resistência frente às demais lutas pela sobrevivência.

Desejamos a tod@s uma boa leitura e agradecemos a tod@s que aguardaram o atraso e contribuíram para esta edição. Em especial à artista Maria Crema Mendes, escultora que criou a bela representação da Pacha Mama em argila, com 18 cm de altura, inspirada na divindade da América Andinas que representa a terra, a fertilidade, imagem, e cedeu gentilmente a imagem para a capa desta edição.

Uberlândia, 30 de setembro de 2024

Dulcina Tereza Bonati Borges e

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro / NEGUEM / INHIS / PPGHI / UFU